

**UNIVERSIDADE E DITADURA MILITAR: RELAÇÕES ENTRE O
CONSELHO UNIVERSITÁRIO E O MOVIMENTO ESTUDANTIL
CONSERVADOR – O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO (1964 – 1975)**

Dimas Brasileiro Veras

Professor do IFPB

dimasveras@gmail.com

Este trabalho investiga a história do movimento estudantil no primeiro decênio da ditadura militar no Brasil, especialmente de lideranças e de grupos conservadores que atuaram nos Conselhos Universitários, principal órgão colegiado deliberativo das universidades brasileiras. Este estudo preliminar é um pequeno recorte da tese “Palácios cariados: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975)”, que consiste, de maneira mais ampla, numa pesquisa de doutorado dedicada a investigar as relações estabelecidas entre os dirigentes universitários e o regime ditatorial no Brasil (VERAS, 2018). Apesar da historiografia volumosa sobre o período, ainda são poucos as publicações que versam sobre as redes corpóreas e semióticas urdidas pela sociedade e o governo implantado pelo golpe de 1964. Nesta lógica empregou-se métodos da história sociocultural e política para construir uma cartografia (DELEUZE; GUATTARI, 1995; 1996; 1997) ou uma biografia geral (CHARLE, 1994; BOURDIEU, 2013) do campo universitário com foco nas diferentes modalidades de adesão, de acomodação e resistência ao regime (MOTTA, 2014). Integram o *corpus* documental deste trabalho fontes hemerográficas, institucionais, biográficas, estatísticas, os relatórios da comissão nacional e regionais de verdade e, especialmente, as Atas do Conselho Universitário da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O recorte em questão ajuda a compreender as histórias e as memórias do Brasil república, da universidade e do movimento estudantil em contextos autoritários a partir dos confrontos travados pelo movimento estudantil entre 1964 e 1975.

Uma série de estudo históricos tem apontado como a produção da ditadura militar no Brasil contou, para além do arcabouço repressivo e vigilante, com ações de mobilização e de acomodação de grupos conservadores da sociedade (DREIFUSS, 1981; QUADRAT; ROLLEMBERG, 2010; MOTTA, 2014). O caso do movimento estudantil

conservador, ditos “democratas” ou “reformistas”, permite analisar as modalidades e os efeitos das ações que permearam esta relação entre a sociedade e à ditadura militar. O ressurgimento no tempo presente de iniciativas estudantis conservadoras e reacionárias como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Escola Sem Partido, tornam ainda mais relevante o estudo sobre os diferentes mecanismos sociais de produção dos regimes autoritários.

No meio acadêmico não faltaram casos de violência, como as invasões, prisões, sequestros, tortura, assassinato, desaparecimento, dentre outras graves violações dos direitos humanos. Neste sentido, a literatura tem ressaltado que a repressão à universidade apenas foi menor do que aquela destinada aos partidos de esquerda, sindicatos e ligas camponesas. Certamente, o movimento estudantil foi um dos principais focos de oposição e resistência ao governo ditatorial, tendo sido, em vista disso, alvo permanente de ações de repressão, espionagem, censura e de cooptação. (MOTTA, 2014a; CUNHA, MÜLLER, 2014; BRASIL, 2014a; 2014b; 2014c; PERNAMBUCO, 2017; PARAÍBA, 2018).

Ao longo dos 21 anos de ditadura militar no Brasil, o governo autoritário lançou mão, portanto, de um misto de ações de repressão, vigilância e de cooptação conservadora. Esta última seria composta ao longo dos anos pela mobilização e pelo recrutamento de estudantes ao *hall* do *status quo* acadêmico. Dentre inúmeras formas de controle do capital e do corpo acadêmicos (seleções, bolsas, funções, cargos, comissões, órgãos, programas, projetos, etc.) serão considerados aquelas mediadas pelos órgãos oficiais de representação estudantil e pelo Conselho Universitário. Examinou-se, assim, o jogo de poder acadêmico com ênfase nas suas relações com o Estado ditatorial, considerando, em vista disso, as manifestações públicas de dirigentes e de lideranças universitárias e outras instâncias de poder escolar.

Conforme reforma proposta durante o reitorado de João Alfredo (1959-1964 – VERAS, 2012)¹, o corpo discente da UFPE desfrutava em 1964 de três cadeiras no Conselho Universitário, sendo estes assentos reservados ao presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE – mandato de acordo com a duração do mandato deste órgão

¹ O reitor João Alfredo foi compelido a renunciar em 1964 devido o apoio concedido ao professor Paulo Freire para criação do Serviço de Extensão Cultural e seus programas da Rádio Universidade, Revista Estudos Universitários e educação e cultura popular com o Movimento de Cultura Popular (MCP).

de representação estudantil), a um representantes do DCE eleito pelos estudantes (mandato de um ano e uma recondução) e a um estudante selecionado pelos presidentes dos Diretórios Acadêmicos (DAs - mandato de um ano e uma recondução). Este número é reduzido para dois representantes em 1969, sendo até hoje proporcionalmente inferior àquele estabelecido no Estatuto de 1962 (UFPE, 1965, p. 16; B.O./UFPE, nº 2 esp., de 23 de abril de 1975).

Entre 1964 e 1975 o Conselho Universitário da UFPE utilizou variadas modalidades de ação política, disciplinar e judicial para manter lideranças governistas à frente dos órgãos oficiais do movimento estudantil e reprimir estudantes opositores. Essa tomada de posição coletiva evitou temporariamente que grupos de oposição se fortalecessem e reconquistassem a maioria dos órgãos de representação discente, apesar da permanência das forças de oposição em algumas entidades e da hegemonia reconquistada entre os anos de 1965 e 1969 e, depois, de 1975. Dentre as principais organizações de esquerda atuantes em Pernambuco estavam a Ação Popular (AP), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, a partir de 1968, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)², assim como outros grupos ligados à luta armada (SILVA 2002; MACHADO, 2008; RIDENTI, 2010; FERREIRA, 2014a).

Para além da posição política do Conselho, que quase sempre quando provocado se posicionou favorável ao regime, tratava-se de, estrategicamente, promover quadros estudantis de direita ou de centro e controlar o movimento estudantil de oposição, de tal modo, assegurando uma relação amistosa e integrada ao governo autoritário. Entretanto, as forças estudantis sintonizadas com *status quo* tiveram dificuldades de permanecer à frente dos órgãos de representação para além dos ciclos repressivos e do apoio civil e militar dos anos críticos. De toda forma, ocuparam na época uma posição relevante no jogo de legitimação do projeto ditatorial e da elite universitária, como se tenta demonstrar adiante.

Em 1964, os assentos estudantis do Conselho Universitário eram ocupados por José Carlos Vasconcelos (presidentes do DCE e aluno da FCE) e Aginaldo Agra (presidente do DCE gestão 1958-59, presidente do DA da FDR e representante dos DAs no Conselho). Inicialmente vistos como “direitistas”, os dois representantes discente

² Segundo o historiador Maicon Ferreira, no final dos anos 1960, o PCBR conquista a hegemonia do movimento estudantil nas principais capitais e metrópoles do Nordeste do Brasil. Em Pernambuco os principais núcleos estavam entre os estudantes secundaristas, a UEP, os DAs e DCEs da UCP e da UFPE (FDR, Faculdade de Arquitetura, Escola de Geologia e EEP – 2014, p. 99-110).

assumiram, desde 1963, uma posição de colaboração com os grupos ditos de esquerda, como o Serviço de Extensão Cultural (SEC), coordenado pelo educador Paulo Freire, e o Movimento de Cultura Popular (MCP).

Esta disposição se manteve após o golpe de Estado, como revela um discurso proferido pelo conselheiro estudante Aguinaldo Agra, durante a posse do reitor Murilo Guimarães (1964 – 1972). Na ocasião o presidente do DCE criticava a extinção da UNE e agradecia ao reitor João Alfredo e do vice-reitor Newton Maia, ambos compelidos a renunciar após o golpe de 1964 (23/08/1964, p. 15; Atas do Conselho Universitário da UFPE - Sessão solene – 22/08/1964).

Em outra sessão, após anunciar a eleição do DCE, o reitor e presidente do Conselho Universitário, o professor Murilo Guimarães, citou a “extinção da UNE e a Lei 4.464/64 que modificava os órgãos representativos estudantis”. Consciente das implicações coercitivas da Lei Suplicy, o conselheiro discente Aguinaldo Agra fez uma breve defesa da UNE e propôs eleições conforme o Estatuto em vigor. O plenário não apenas rejeitou a proposta, como antecipou o escrutínio para o dia seguinte, da mesma maneira que reformulou de imediato o código. Pela celeridade é de se admitir que o órgão deliberativo já possuía o nome de um novo presidente para o DCE, sintonizado com a gestão acadêmica e com o novo estabelecimento político do país (Atas do Conselho Universitário 19ª sessão – 30/11/1964).

Ainda em dezembro de 1964, são apresentados os novos representantes discentes no Conselho: Djair de Barros Lima (presidente do DCE e aluno de Economia), Dílson Siqueira Magalhães (representante do DCE e aluno de Odontologia) e Guilherme Pereira de Albuquerque (representante dos DAs e aluno da Arquitetura)³.

O novo presidente do DCE, que ocupava até então a função de interventor da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), declarou no dia da posse: “Sobre política no meio universitário faço questão de frisar que sempre fui um discípulo da escola independente, que se impôs entre os universitários pernambucanos pelo nosso ex-presidente Marco Antonio Maciel” (*Diário de Pernambuco* - 13/12/1964, p. 13). Tal mestre dera lições de independência conquistando sucessivos espaços nos órgãos de

³ Chapa Vanguarda Independente Reformista (VIR): Presidente, Djair de Barros Lima (Faculdade de Ciências Econômicas); Vice-presidente, Jarbas Souza (Escola de Belas Artes); 1º Secretário, Marcelo José Lavra (Faculdade Farmácia); 2º Secretário, Eni Maria Ribeiro (Escola de Enfermagem); Tesoureiro, Francisco Castelo Branco Rebouças (Escola Superior de Química – *Diário de Pernambuco*, 13/12/1964, p. 13).

representação estudantil com recursos do complexo político e empresarial golpista formado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD - DREIFUSS, 1981), assim como mandatos no poder legislativo e executivo pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo ditatorial, doravante senador e vice-presidente da república.

Reunidos na chapa “Vanguarda Independente Reformista” (VIR) os ditos “estudantes democratas” cresceram nutridos no ciclo repressivo de 1964 e na aliança com políticos, empresários e dirigentes universitários golpistas. Apesar da crítica pública a Lei Suplicy, não faltaram ocasiões nas quais os estudantes conservadores reivindicassem a aplicação da mesma contra seus adversários políticos, como demonstram panfletos publicados por Djair de Barros Lima (UEP), Carlos Arthur Andrade (União Pernambucana dos Estudantes primários e particulares) e Carlos Frederico Canavarro (Departamento Estudantil da Arena – SILVA, 2002).

De volta ao plenário da UFPE, não houve resistência em reformar os estatutos do DAs, em conformidade com o calendário nacional das organizações estudantis disposto pelo Decreto 56241, de 1965 (“Regulamenta a Lei 4.464”): “para aprovação pelo Conselho Universitário e remessa ao Conselho Federal de Educação, sob pena de destituição do diretor e intervenção no órgão” (Atas do Conselho Universitário – 9ª sessão – 11/05/65).

Dias depois anunciava-se a nova carta dos seguintes Diretórios Acadêmicos: Faculdade de Direito do Recife, Escola de Engenharia de Pernambuco, Faculdade de Medicina do Recife, Escola de Belas Artes de Pernambuco, Faculdade de Filosofia de Pernambuco, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Arquitetura, Escola de Enfermagem, Escola de Geologia, Curso de Nutrição, Curso Superior de Administração Pública, Curso de Biblioteconomia e Documentação (Atas do Conselho Universitário – 11ª sessão – 28/05/1965).

Meses mais tarde, a reforma do estatuto do DCE tornava inelegíveis alunos concluintes, reprovados, incorridos em pena disciplinar de suspensão e calouros de qualquer curso (Atas do Conselho Universitário – 13ª sessão – 09/07/1965). Estes critérios contribuíram para exclusão de importantes militantes estudantis de esquerda que, amiúde, eram alvos de diferentes formas de perseguição escolar e policial.

Ao mesmo tempo em que se debruçava na montagem dos órgãos oficiais de representação estudantil, o Conselho intervinha nas entidades resistentes. Tal qual o caso

do DA da Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP), velha trincheira da UFPE que permaneceu na oposição nos momentos mais duros da ditadura. Diante de uma posição marcada por protestos, assembleias e greves, o órgão estudantil passou por sua primeira suspensão ainda em 1964.

Passado um ano o Conselho debateu o “Relatório da Comissão de Intervenção no DA da EEP” (UR - Processo 6254/65), chegando, finalmente, ao impasse se o mesmo deveria ser encaminhado para o CFE, conforme sugerira o parecer da Procuradoria da UR em obediência ao artigo 21 da Lei Suplicy (UR - Resolução Nº 6/1965), ou se poderia ser julgado pelos próprios dirigentes universitários. Apoiados numa interpretação própria da legislação, o Conselho optou por não enviar o caso para o CFE. Não se tratava apenas de evitar punições mais duras para os estudantes, mas de manter a discricção para evitar intervenção do governo e problemas para elite acadêmica.

Durante o segundo semestre de 1965, o DA da EBAP também sofreu intervenção e, mais uma vez, o DA da EEP. O Comandante da 7ª Região Militar, o General Antonio Carlos Muricy enviou um ofício para o Conselho Universitário no qual solicitava abertura de inquérito e fechamento do órgão de representação estudantil (Ofício nº 862-E2; MACHADO, 2008).

Em resposta à medida disciplinar, os estudantes boicotaram a eleição para o DCE, realizada em dezembro de 1965. Na ocasião, o professor responsável pelo escrutínio, o diretor de Expediente Escolar da UFPE e militante da ARENA, Invancir Castro, recordava que a eleição estava perdida, pois o Regimento exigia maioria absoluta dos votos. Após consultar a Lei 4.464/64 os conselheiros Gilberto Osório (FAFIPE), Palhares Moreira Reis (ICH) e Francisco Gondim (ESQ) encaminharam uma proposta de emenda do Regimento do DCE. A reforma do texto que já havia sido reformado pelo próprio Conselho legitimava a eleição do novo presidente do DCE, o estudante de química Gilson Maia Fonseca, candidato do presidente do DCE, Djair de Barros Lima. Todas as solicitações de impugnação das eleições foram rejeitadas (UFPE – 19047/65).

No mesmo ano de 1965 é aprovada por unanimidade uma resolução que proibia aquele em falta com as obrigações eleitorais estudantis de prestar exames escolares. Um informe lembrava, outrossim, que os DAs da EEP e EBAP permaneciam interditados e sob Inquérito Policial Militar (IPMs) para averiguação. Alunos da Escola de Geologia da UFPE, importante reduto estudantil do PCBR, logo tiveram suas matriculas negadas. Apesar dos protesto da Escola, o conselho manteu sua posição até meados de 1966 (Atas

do Conselho Universitário – 07/12/1965; 14/12/1965; 11ª sessão – 11/02/1966; 25/02/1966; 04/03/1966; Processo UFPE - 72/66).

Ademais, na passagem de 1965 para 1966 a decisão quanto à suspensão de lideranças e entidades estudantis é delegada à Congregação das Escolas, Faculdades e Institutos. A suspensão implicava em dois efeitos: desmobilização da resistência estudantil organizada e legitimação do Estado autoritário.

Com este propósito as autoridades acadêmicas mantiveram canais permanentes de comunicação sigilosa e pública com os órgãos e os agentes de vigilância e de repressão. Estas diferentes modalidades de adesão e de acomodação marcadas por gestos ambíguos de participação, de indiferença, de negociação e de oposição interna por frações da elite universitária podem ser encontradas em todo Brasil como revelam os trabalhos sobre universidade e ditadura de José Cruz (2012), de Rodrigo Motta (2014a) e de Gabriel Lima (2015).

Nesta perspectiva dirigentes da UFPE e o Comandante da 7ª Região Militar trocaram uma série de comunicado sobre supostos “atos irregulares” (“Assembleias”) praticados pelo DA da Escola de Engenharia que resultaram na suspensão e na investigação dos coordenadores da entidade (Processo 6.150/66; Processo UFPE - 8.126/66; ofício EEP/UFPE – Ofício 234/ 1966; Atas do Conselho Universitário – 7ª sessão – 29/04/1966; Atas do Conselho Universitário – 10ª sessão – 29/07/1966).

No entanto, enquanto os gestores intervinham na ação organizada de entidades resistentes, estimulavam, por outro lado, a mobilização de estudantes aliados ou “neutros” à ditadura. Assim, em setembro de 1966 o Reitor informou ao Conselho de uma Assembleia de estudantes autorizada pelo MEC da qual participara a reitoria e onde “tudo realizou-se na mais perfeita ordem” (Atas do Conselho Universitário – 12ª sessão – 30/09/1966).

Além do mais, concederam auxílio político nos processos eleitorais e orçamentário às entidades e lideranças governistas. Por exemplo, durante o ano de 1965 o Conselho Universitário da UR debateu e aprovou o Plano de aplicação do DCE – Recursos 1965 – proposto pelo presidente do DCE, Djair de Barros Lima, no valor de Cr\$ 2.400.000. A autorização destes planos dependia do poder discricionário da administração universitária que em determinadas situações não hesitou em rejeitar os mesmos e tomá-los como justificativa para intervenção do DCE e dos diretórios

acadêmicos de oposição em 1969 (Atas do Conselho Universitário - 2ª sessão ordinária – 04/02/1965; 3ª sessão – 19/02/1965; 2ª sessão extraordinária – 20/01/1969).

De volta às ruas, a resistência estudantil se mobilizou em torno das eleições de DAs e DCE de 1966, para as quais exigiam voto direto e sinalizavam para realização de assembleias. Frente ao recrudescimento discente, o reitor Murilo Guimarães advertia o corpo gestor: “Vale salientar, que nesta hipótese, cabe aos Diretores manter a disciplina nas suas respectivas unidades, pois assim estatui a lei Suplicy, proibindo taxativamente a realização de ditas assembleias”(Atas do Conselho Universitário – 8ª sessão – extraordinária – 14/10/1966).

Naquele momento os estudantes perderam uma cadeira no órgão superior deliberativo, conforme proposta que estabelecia como membros do Conselho o presidente do DCE e um segundo estudante eleito pelo DCE. Não há registros de protesto dos conselheiros estudantis “democratas” Gilson Maia Fonseca, presidente do DCE e estudante da ESQ, e José Laureano, estudante e dirigente do DA da Faculdade de Odontologia (Atas do Conselho Universitário – 8ª sessão – extraordinária – 14/10/1966).

Posturas como esta colaboraram com o enfraquecimento das lideranças estudantis anticomunistas que sofreram grande derrota nas eleições de 1966. Parte deste malogro se explica pela reorganização da resistência e pelo arrefecimento do ciclo repressivo iniciado em 1964. Além do mais, a Lei Suplicy dificultou a renovação dos quadros conservadores, especialmente no contexto político de retomada da luta de rua.

Antevendo a derrota, o conselheiro estudantil José Laureano tentou adiar as eleições. Todavia não alcançou o resultado esperado, tão somente conquistando o apoio dos seus mestres da Escola de Odontologia, Antonio Varela e Henrique Freire de Barros (UFPE – Processo – 24.005/66). Assim, o Conselho manteve o cronograma eleitoral e sinalizou para posse da nova direção do DCE, dirigida pelo estudante de engenharia e membro do PCB, José Oto de Oliveira (1966-1967).

Insatisfeitos os estudantes ditos “democratas” não titubearam em utilizar a Lei Suplicy, à qual se diziam publicamente contrários, para impugnar as candidaturas dos concorrentes. Dentre os processos registrados nas atas do Conselho Universitário se encontram o de Edgar Alves de Aragão contra Carlos Alberto Cavalcanti, ambos estudantes de geologia; de Reinaldo Gueiros de Oliveira contra José Oto de Oliveira, ambos de engenharia; e de Manoel de Britto contra colegas da FDR. Todos os processos

foram indeferidos pelo Conselho (Atas do Conselho Universitário – 13ª sessão – 27/10/1966).

As reformulações dos órgãos de representação estudantil, seguiu entre 1967 e 1968 o figurino do Decreto-lei 228, de 28 de fevereiro e 1967, que reformulava a Lei 4.464/64. Aquele que ficou conhecido como Decreto Aragão, em referência ao ministro da educação e da cultura Raymundo Muniz Aragão (1966-1967), reorganizava os órgãos de representação estudantil, tornando mais duras suas regras. Ao passo que previa penas disciplinares de maior duração (30 dias); eleição indireta para o DCE (por representantes dos DAs); controle da gestão financeira do movimento estudantil pela direção e administração universitária; responsabilização dos professores dirigentes, assim como suspensão e dissolução de entidades que descumprissem as normas estabelecidas; criação da Conferência Nacional dos Estudantes Universitários no lugar do antigo Diretório Nacional do Estudante, ambos para substituir a UNE (BRASIL, 1967).

Em janeiro de 1968 o professor Palhares Moreira Reis, responsável na época por acompanhar os órgãos de representação estudantil da UFPE, e o conselheiro estudantil e presidente do DA da FDR, Virgílio Campos, apresentaram o novo Regimento do DCE conforme o Decreto Aragão. Dentre os pontos apresentados ao plenário estavam as eleições controladas pela reitoria e o repasse de 10% dos recursos dos DAs para o DCE (Atas do Conselho Universitário da UFPE – 02/01/1968).

Resistentes ao Decreto Aragão e ao Decreto-Lei 477/69, os DAs e o DCE da UFPE foram dissolvidos e indiciados criminalmente entre os anos de 1968 e 1969. Apenas em 1970 as eleições dos órgãos de representação estudantil são retomadas pela reitoria e lideranças estudantis simpáticas e integradas ao governo ditatorial. Como a responsabilidade de intervir nos DAs pertencia desde 1966 às Congregações das Escolas, Faculdades e Institutos, ao Conselho coube reprimir o DCE e ratificar as ações disciplinares das unidades de ensino e de pesquisa.

Vivia-se então o período mais autoritário e repressivo da ditadura com a publicação do Ato Institucional nº 5 que fechou o Congresso e deu poderes absolutos ao governo de intervir nos demais poderes e esferas administrativas, assim como cassar os direitos políticos, confiscar bens e suspender o direito a *habeas-corpus*. Outrossim o Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, dispunha sobre infração disciplinar de estudantes, técnicos-administrativos e alunos envolvidos com diferentes modalidades de ação política. Dentro das penas estavam previstas a demissão, a expulsão e o impedimento

de contratação e matrícula por 3 e 5 anos respectivamente. Entre 1969 e 1974 milhares de universitários foram processados, dos quais 245 foram efetivamente punidos com base no 477, dentre as quais 91 eram estudantes do estado de Pernambuco (84 do ensino superior e 7 do secundário, atual ensino médio), isto é, cerca de 34,6% de todos os atingidos (BRASIL, 1969; MACHADO, 2008, p. 103-104; BRAYNER; BARBOSA, 2017, p. 239-240).

No dia primeiro de janeiro de 1969 os estudantes da UFPE protestaram contra a dissolução do DA da Faculdade de Farmácia ante um plenário empedernido (Atas do Conselho Universitário da UFPE – 1ª sessão extraordinária – 01/01/1969). Durante a segunda sessão do ano de 1969, após oposição estudantil e de alguns conselheiros docentes quanto à instalação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária da Pernambuco (CRUTAC-PE), o reitor Murilo Guimarães contra-atacou indagando os representantes estudantis, Carmem Chaves e Marcos Aguiar Burle (ambos alunos da FMR e companheiros de Chapa do Estudante Candido Pinto que seria metralhado, à luz do dia, pelo Grupo Paramilitar Comando de Caça aos Comunistas, ainda naquele ano), sobre o uso pretensamente indevido dos recursos dos “Trotos de Vestibular”. (Atas do Conselho Universitário – 2ª sessão extraordinária – 20/01/1969)

Naquele contexto crítico, o clima entre a gestão da UFPE e o movimento estudantil independente se deteriorara, sobretudo, após a ocupação da Reitoria e o confinamento do reitor. O presidente do Conselho invocou os dispositivos repressivos para finalizar a discussão devido à suposta “exposição doutrinária”, uma vez que “a lei proíbe manifestações político-partidárias no ambiente da universidade”. Conforme decisão do Conselho, depois reafirmada por investigação do Ministério da Justiça e autoridades policiais, o DCE é interditado e, logo em seguida, demais DAs independentes da instituição (Atas do Conselho Universitário 20/01/1969; 11/02/1969; 16/06/69; 18/08/1969).

Naquele contexto de forte repressão o diretor da EEP convidou os colegas a visitar a exposição que marcava novo momento político da escola: “vem modificar a ideia que se tinha da Escola de Engenharia, antigamente conhecida como palco de agitações da Universidade”. Havia pouco o mesmo gestor indiciara pelo Decreto-Lei 477/69 todo os

estudantes da unidade por um dia de paralisação estudantil (Atas do Conselho Universitário – 14^a extraordinária – 17/10/1969).

No geral, os DAs da UFPE permaneceram fechados até 1970 através de um arranjo jurídico do Decreto Aragão, do AI-5 e do Decreto-lei 477/69, como revela um documento expedido pelo professor Arnóbio Marques da Gama. Neste sentido o referido dirigente defende o uso de “todos os meios legais para impedir que se implante a indisciplina e a baderna no recinto da Escola e manter o princípio da autoridade” (Atas do Conselho Universitário 3^a sessão – 17/05/1971).

A onda de repressão impulsionou para que nos anos de 1970 e 1971 as eleições do DCE ocorressem com chapa única, para espanto dos jornalistas (*Diário de Pernambuco* – 07/05/1970, p. 3). Com o novo formato as eleições estudantis passaram a ser indiretas e realizadas na sala do Conselho Universitário. As chapas inscreviam-se em editais da Divisão de Expediente Escolar e depois no Departamento de Assuntos Estudantis, órgão subordinado à Pró-reitoria de Assuntos Comunitários. É importante observar que, entre 1969 e 1971, a Divisão de Expediente Escolar da UFPE era dirigida pelo antigo presidente do DCE (1964-1965) e professor da FCE, Djair de Barros Lima. O professor já desempenhava na época atividade sigilosa relacionada à Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFPE (AESI/UFPE), para qual seria capacitado em curso na EsNI em 1972 (Arquivo Nacional: Fundo BR - DFANBSB - AA1.0.LGS.5.). Pouco depois se tornou também chefe de gabinete do reitor Marcionilo Lins (1971-1975).

Em 1971 a supervisão das eleições estudantis estava sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, que era dirigida entre 1972 e 1975 pelo professor e policial Armando Samico, reconhecido agente de segurança envolvido em casos de tortura e morte que ocupou em diversos momentos a Secretaria de Defesa Social do estado de Pernambuco. Durante os anos de chumbo os processos disciplinares e de intervenção nos órgãos de representação do movimento estudantil praticamente desapareceram das Atas dos Conselhos. A maioria das forças de oposição estavam impedidas de participar dos novos órgãos oficiais. É nesse vácuo que os estudantes defensores do *status quo* retomam o DCE e os DAs da UFPE e de todo Brasil.

Sem condições de confrontos diretos, os estudantes que permaneceram no movimento estudantil optaram por táticas de resistência lateral por meio de ações culturais e artísticas (MÜLLER, 2010.). Outra parcela da estudantada ingressou nas vanguardas revolucionárias contra a ditadura (RIDENTI, 2010). Dentre as principais

organizações atuantes no Nordeste do Brasil e em Pernambuco estavam em ordem de importância: o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Aliança Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Ação Popular (AP) e grupos trotskistas (RIDENTI, 2010; MÜLLER, 2010; FERREIRA, 2012).

Enquanto isso a gestão DCE/UFPE se encontrava sob a presidência de estudantes partidários do governo: José Romero de Souto Souza⁴ (1970-1971) – Farmácia; José Paulo Novaes⁵ (1971-1972) – Odontologia; Sebastião Silva Casé – Farmácia⁶ (1972-1973); Paulo Fernando de Barros Lima⁷ (1973-1974) – Farmácia; Elson de Albuquerque Maranhão⁸ (1974-1975) – Administração (*Diário de Pernambuco* – 25/05/1975, p. 8). A presença, outrora tênue, de dirigentes estudantes das unidades de saúde, especialmente, Farmácia, Odontologia e Bioquímica, são indícios da influência do reitor Marcionilo Lins e de outros conselheiros adesistas do campo médico, especialmente, o Pró-reitor de Assunto Comunitário, Armando Samico.

Enquanto os presidentes do DCE assumem a posição de militantes do governo ditatorial, os demais membros da chapa ocuparam uma posição mais silenciosa que denota uma outra dinâmica de recrutamento, de mobilização e de acomodação. Talvez os quadros de menor visibilidade fossem igualmente ocupados por estudantes de disposições moderadas que se acomodaram àquelas chapas lideradas por estudantes conservadores pelos mais diversos motivos inclusive para fins de resistência interna.

Por outro lado, é importante considerar que a escolha e a composição dos representantes de turma, dos DAs e dos DCEs, em tempos de forte intervenção no movimento estudantil e de boicote das esquerdas, não se explica exclusivamente pela militância conservadora.

De todo modo, é importante reafirmar que as lideranças com assento no órgão colegiado de gestão universitária tomavam normalmente posições de adesão pública à reitoria e ao governo militar. A própria rede de corpos e discursos universitários oficiais tende a se impor à teia de agenciamento mais ampla do regime, pois é aquela que de forma

⁴ Chapa igualmente formada pelos estudantes, Samuel Barbosa de Queiroz Filho (FCE - vice), Guido Galvão Vasconcelos (Biociências) e Abelardo Augusto Rodrigues (FDR).

⁵ Chapa – Vice-presidente - Osmar Urias Novais (presidente do DA da Faculdade de Farmácia); 1º secretário – Frederico C. de Andrade (presidente do DA do Instituto de Biociências); 2º secretário – Mauro Fonseca Filho (FDR).

⁶ Chapa – Vice-presidente: Lupérico Xavier Verçosa; 1º secretário – Odil de Azevedo Dantas; 2º Secretário – João Geraldo de Araújo; Tesoureiro – Eugenilda Maria de Macedo Lima (*Diário de Pernambuco* – 29/06/1972, p. 11).

⁷ Chapa: 1º Secretário – José Delcídio Pereira Junior (*Diário de Pernambuco* – 07/06/1973, p. 2).

⁸ Não foram encontradas informações sobre a referida Chapa.

mais imediata mobiliza os órgãos de representação estudantil e seus militantes. Deste modo, o discurso de posse do presidente Sebastião Casé (DCE 1972-1973), sob os votos de confiança do reitor Marcionilo Lins, é bastante exemplar: “ontem, greves, anarquias e tumultos. Hoje, entendimentos, compreensão e amizade. É renovação preconizada pelo governo” (*Diário de Pernambuco* – 28/06/1972, p. 6).

Esta mobilização fez agência das bandeiras do regime, sobretudo no que concerne à política universitária e seus agentes. Daí por exemplo, a proposta no Conselho Universitário de conceder o título de *doutor honoris causa* ao Ministro da Educação e Cultura Coronel Jarbas Passarinho (Atas do Conselho Universitário 3ª sessão – 17/05/1971). Em agosto do mesmo ano outro membro do DCE, o estudante da FCE, Samuel Barbosa de Queiroz Filho prestou homenagem ao CRUTAC e à sua coordenadora, a professora Haidée Teixeira, enaltecendo o programa de interiorização da universidade com a Zona da Mata Sul do estado (Atas do Conselho Universitário 7ª sessão – 20/08/1971). Homenagens que seguem na pauta da gestão de 1972-1973 ao programa e à equipe do programa de estágios, mobilidade discente e interiorização da universidade.

Recompensava-se este tipo de militância de todas as formas, por exemplo, o presidente do DCE na gestão de 1970 e 1971, aparece como monitor dos vestibulares do ano 1972, mesmo ano no qual é aprovado para o curso de mestrado em Bioquímica – criado pelo professor e, então, reitor Marcionilo Barros Lins quando passa a representar os estudantes de pós-graduação (*Diário de Pernambuco* - 10/01/1971, p. 7; 07/01/72, p. 3; 01/11/72, p. 7). Talvez a maior inspiração para os jovens adeptos do governo ditatorial fosse o professor Djair de Barros, que de presidente do DCE passou a ocupar a posição de professor da FCE, diretor da Divisão de Expediente Escolar e, finalmente, chefe de gabinete do reitor Marcionilo Lins, ao mesmo tempo em que, provavelmente, espionava a comunidade universitária à frente da ASI/UFPE.

Entretanto alguns destes dirigentes hastearam outras bandeiras ditatoriais, extrapolando a pauta da universidade. Desta maneira, o presidente do DCE, José Romero Souza (1970-1971), subscreve em 1971 um abaixo-assinado em defesa do psiquiatra Lamartine Holanda Junior, acusado de envolvimento com torturas⁹. Subscrevem igualmente o documento autoridades civis e militares ligadas a ADESG tais quais os

⁹Sobre o médico e membro da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) afirmaria o Conselho Regional de Medicina de Pernambuco: “Segundo relatos históricos, o psiquiatra era responsável por avaliar se o preso ainda tinha condições de ser submetido à tortura”. Disponível em: <http://cremepe.org.br/2008/11/13/alepe-nega-homenagem-a-lamartine/>; Acesso em: 04 nov. 2017.

professores universitários: Luiz Amorim (Diretor da Faculdade de Veterinária da UFRPE), Mário Neves Batista (Diretor da FDR) e Gustavo Cintra Passhaus (FDR).

Tais posições colaboraram para que o movimento estudantil conservador perdesse espaço para reorganização das forças de esquerda em meados dos anos 1970. Este movimento de recrudescimento da oposição discente faz parte de uma ampla conjuntura de reorganização do movimento estudantil de oposição em todo Brasil. Aos poucos são retomadas as greves, as assembleias, os impressos, as denúncias públicas de prisões e torturas.

Na UFPE os estudantes de oposição vencem as eleições para gestão do DCE no ano de 1976, mesmo contexto de reorganização do DCE livre da USP. Dentre as principais lideranças da UFPE, os estudantes de medicina, Humberto Costa e Jarbas Barbosa, de filosofia e ciências humanas, Cajá (Edival Nunes da Silva) e Alzira, além das lideranças de artes, arquitetura e comunicação, Orlando Mindelo (Atas do Conselho Universitário - 04/02/1965; 19/02/1965; 20/01/1969;11/02/1969; 17/10/1969; 01/12/1969; MACHADO, 2008; MULLER, 2010)¹⁰.

As posições clássicas de esquerda e direita pareceram melhor definidas no âmbito do movimento estudantil onde diversas tendências se confrontavam oficialmente e clandestinamente pelo pivô das entidades representativas do alunado (oficiais, independentes e clandestinas). Neste sentido estas organizações foram alvejadas por diferentes atos de repressão (administrativo, jurídico e criminal) e de mobilização em favor do governo. Esta última modalidade era mediada inicialmente por lideranças conservadoras do corpo discente e por dirigentes universitários aderidos e integrados ao governo, sendo, depois, institucionalizada por meio dos órgãos de assuntos estudantis (divisões, direções, departamentos, Pró-reitorias e outros órgãos). Embora estas disposições sejam mais claras no âmbito do movimento estudantil, o exame destas disputas e das relações travadas entre estudantes e o Estado autoritário extrapolam a chave explicativa repressão e resistência. Esta conclusão se fundamenta tanto na participação

¹⁰ Ver também entrevistas com Edival Nunes Silva (Cajá) no projeto Marcas da Memória (2011).

de quadros e entidades sem posições políticas definidas, quanto nas diferentes formas de acomodação, de mobilização e de outros meios de resistência tácita.

REFERÊNCIAS

CHARLE, Christophe. **La republique des universitaires, 1870 – 1940**. Paris: Le Seuil, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2013.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. v. 1,2 e 3 Brasília: CNV, 2014a; 214b; 2014c. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>; Acesso em: 26 jan. 2018.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso; MULLER, Angélica. Violações de direitos humanos nas universidades. In: BRASIL. **CNV: Relatórios/Textos temáticos**. v. 2. Brasília: CNV, 2014b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. v. 1,2,3,4 e 5; Rio de Janeiro: 34, 1995; 1996; 1997.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 2. ed. Petrópolis: 1981.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Palácios cariados: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 – 1975)**. Tese (Doutorado em História). PPGH/UFPE, Recife, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial (1969-1979)**. Tese (Doutorado em História) – PPGHS/USP, São Paulo, 2010.

_____. **O movimento estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969 – 1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

MÜLLER, Angélica; FAGUNDES, Pedro Ernesto. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. In: **Ciência e Cultura**, v. 66, p. 44-49, 2014.

PARAÍBA. Relatório Final: Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. João Pessoa: A União, 2017.

PERNAMBUCO. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: relatório final. v. 1 e 2. Recife: CEPE, 2017^a; 2017b.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.